

Congresso prevê confronto maior

Lideranças importantes do Congresso não escondem o receio de que futuro conflito entre um presidente da República fortalecido por 35 a 40 milhões de votos com um Congresso acrescido de poderes próprios de um sistema parlamentarista de governo provoque uma crise institucional mais cedo do que se espera. Esse é o temor, por exemplo, do presidente do Senado, Nelson Carneiro.

As mais importantes figuras da Constituinte estavam certas de que seria possível implantar o parlamentarismo. Dispositivos parlamentaristas rechiam, por isso mesmo, a Constituição, podando-se os poderes do Executivo, e a tal ponto que o ex-governador Leonel Brizola chegou a desabafar: "Despenaram o Palácio do Planalto". Segundo visão consensual no Congresso, esse desequilíbrio fatalmente gerará um conflito e uma crise institucional.

Atualmente, o Governo já não pode fazer qualquer transposição de rubrica orçamentária. Qualquer programa terá que ser submetido ao parlamento para que aprove recursos destinado especificamente a esse fim. O próprio presidente Sarney tem se referido a essa exigência como grave entrave à dinamização da máquina administrativa, obrigando o Governo a permanente e penosa negociação com a Comissão Mista de Orçamento. Parlamentar experimentado, Sarney tem evitado conflitos, aconselhando o seu ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, a permanente negociação com os dirigentes e relator geral da Comissão Mista de Orçamento, sempre que o Governo precisa de suplementação de verbas.

Mas um presidente da República eleito por um contingente de 40 milhões de eleitores certamente não se vai submeter a esse penoso processo de negociação. Considera-se o conflito uma fatalidade. Dai a razão porque muitos líderes políticos importantes aconselham o Congresso a implantar o regime de gabinete ou eliminar os dispositivos demasiadamente parlamentaristas.

A segunda hipótese seria a mais conveniente, visto que a implantação do sistema parlamentarista de governo, a essa altura, quan-

do os candidatos a presidente da República foram ou estão sendo lançados pelos partidos, teria o gosto de golpe de Estado por via legislativa. Lula e Leonel Brizola, que lideram as pesquisas de opinião pública, o interpretariam como uma forma de eliminar as chances de ascenção dos dois ao poder.

Extirpar do texto constitucional aqueles dispositivos em um ano de eleição presidencial, quando toda a Nação está sendo mobilizada para isto, parece improvável. Será difícil reunir quorum para exame das matérias que são normalmente submetidas ao Congresso, quanto mais conseguir essa mobilização excepcional para proceder a verdadeira revisão em seus termos. Seria sonhar muito.

Instalado esse conflito a crise será o resultado natural. Por isso mesmo, alguns políticos importantes, como o ex-presidente do Partido da Frente Liberal, senador Marco Maciel, preconizam uma revisão constitucional com a posse do novo presidente da República, argumentando que não haverá condições para esperar pela reforma constitucional de 1993, prevista na nova Constituição.

O próprio Sarney costuma lamentar que a intrasingüência de alguns políticos tenha impedido a aprovação na Constituinte de uma fórmula de parlamentarismo negociada. Sarney propôs um parlamentarismo assemelhado com o uruguai, no qual o presidente da República conserva muitas das prerrogativas do modelo brasileiro.

A negociação chegou a ponto bastante adiantado quando se tornou inviável por vincular a mudança de forma de governo com a concessão de mandato de cinco anos para o atual presidente da República. Sarney justifica sua posição, dizendo que não podia aceitar um parlamentarismo "em forma assembleista, na qual o Parlamento tudo podia e o Executivo ficava sem poder nenhum".

O presidente, como alguns políticos que estiveram envolvidos nas negociações, acusa o senador Mário Covas, que era o líder do PMDB na Constituinte, e o deputado paranaense Euclides Scalco, de terem impedido que a negociação tivesse êxito.